

## LUTAMOS PELA UNIDADE MAS NÃO ACEITAMOS ALIANÇA COM O INIMIGO

- Presidente Samora Machel na Assembleia Extraordinária da OUA.

Os factos concretos da actualidade do Continente Africano, foram desassombradamente postos em destaque pelo Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, quando na última sessão de debates da Primeira Conferência Extraordinária da Organização da Unidade Africana interviu de forma a colocar não só a verdade onde ela deve estar, como também para pôr ponto final na considerada reunião de reconhecimento dos inimigos da África.

«Nesta Assembleia, de maneira indirecta, pretendeu-se que ser revolucionário implicava colaborar com o inimigo. Afirmou-se que ser africano era fraternalmente receber e permitir-lhe que nos ocupe e domine. Teorizou-se o direito de o inimigo nos invadir e nos saquear» — assim se pronunciou o Presidente Samora Machel no decurso da referida intervenção final, e, quando antes havia posto algumas interrogações nos seguintes termos:

«O que nos surpreende então nesta Reunião? O que nos surpreende, nós diríamos, o que nos choca e ultraja é vermos o calor, a veemência com que foi defendida aqui em Adis-Abeba, berço da Organização da Unidade Africana, a posição do regime racista da África do Sul. O que nos desgosta é o impudor com que se proclamaram aqui as alianças com os regimes que sempre foram e continuam a ser os maiores inimigos da nossa independência, da nossa dignidade, da nossa personalidade. O que pensarão de nós os nossos Povos? O que pensará neste momento o povo sul-africano, oprimido pelo terror policial, manietado pela força das armas, humilhado pelo «apartheid»?



Os países socialistas forneceram-nos uma ajuda substancial que aumentou em junção do desenvolvimento da luta.

No início dos anos 70 o MPLA, o PAIGC e a FRELIMO começaram a receber foguetes solo-solo, foguetes solo-ar.

Tínhamos essas armas, tínhamos connosco os instrutores dessas armas.

Quando ganhámos a guerra, para forçar o colonialismo a respeitar os acordos assinados, em seguida para consolidar a nossa soberania face às ameaças exteriores, continuámos a receber armas com instrutores.

Temos esse direito a defendermo-nos, temos o direito de recorrer aos nossos aliados naturais, àqueles que sempre nos apoiaram, para reforçarmos a nossa capacidade de defesa. Por isso mesmo apoiamos a República Popular de Angola quando recorre aos seus aliados para que estes reforcem a sua capacidade para expulsar o invasor.

Por isso agradecemos, hoje como ontem, a todos que cumprem o seu dever internacionalista de apoio à luta de libertação.

A República Popular de Moçambique tem no seu território projectos económicos realizados pelo colonialismo português com investimentos sul-africanos e outros.

A República Popular de Moçambique tem cerca de 3000 quilómetros de costas sobre o Oceano Índico.

A República Popular de Moçambique é um dos países que deve servir de base de apoio à luta da África Austral.

Necessitamos de saber, se o inimigo nos atacar, se o inimigo pretender que o seu direito ao «apartheid» se encontra ameaçado, necessitamos de saber se o inimigo arranjar um punhado de fantoches que o convidem a invadir-nos, necessitamos de saber quem em África estará connosco.

Queremos saber também quem nos negará o direito à defesa, quem nos dirá que o apoio dos nossos aliados é uma intervenção estrangeira. Nesta reunião ficamos a conhecemo-nos.

A República Popular de Moçambique, em conjunto com

21 outros países, consciente dos seus deveres perante a liberdade e a dignidade de África, submeteu um projecto de resolução.

Queremos na essência:

I — que sem condições, sem contrapartida, sem ambiguidade, seja condenada a agressão da África do Sul, inimigo directo da África, e seja exigida a retirada imediata e incondicional das suas forças e material;

II — que sem condições, sem contrapartida, sem ambiguidade, sejam condenados os grandes responsáveis, que sendo angolanos, sendo africanos, abertamente colaboram com a África do Sul;

III — que incondicionalmente, sem contrapartida, sem ambiguidade, se apoie os que defendem a independência e integridade territorial de Angola, contra a invasão sul-africana, contra as agressões, manobras e subversões do imperialismo.

IV — que incondicionalmente, sem contrapartida, sem ambiguidade, se apoie os que lutam pela unidade nacional, pela unidade de todas as forças patrióticas, os que lutam para reconstruir na Paz, na unidade e na integridade a Angola livre. A OUA deve apoiar todos os esforços da República Popular de Angola para unir todos os patriotas no esforço nacional;

V — até que estejamos em condições de chegar a um consenso na base de posições justas, devemos adiar o nosso debate, sine die.

A Luta Continual

(De: "Noticias, Maputo, 1976-01-18)